

DOI: 10.5281/zenodo.16624075

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA VELHICE NA CONTEMPORANEIDADE

Flávia Oliveira Alves da Silva¹
Gonçalo Cassins Moreira do Carmo²
Rita de Cássia da Silva Oliveira³

Resumo: Um dos temas atuais em efervescência na comunidade científica é a longevidade, investigada por profissionais de diferentes áreas de conhecimento, como resposta diante do significativo aumento do número de idosos em nível mundial, acarretando novas demandas sociais, políticas, econômicas, culturais, educacionais, emergindo como um dos grandes desafios desse século. Este artigo tem como objetivo analisar as diferentes representações da velhice na sociedade brasileira. Com o intuito de entender essa dinâmica da sociedade, partiu-se da ideia de construção social da realidade proposta pela sociologia do conhecimento de Karl Mannheim e teorizada amplamente por Berger e Luckmann (2012). Outro conceito utilizado foi o de representações sociais, baseado em Durkheim e aprimorado por Serge Moscovici para se entender como a velhice se constitui em uma categoria social. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica e adotou-se o método dialético, ressaltando o movimento, dinamismo e as contradições da sociedade atual.

Palavras-chaves: pessoas idosas, envelhecimento, velhice, representações sociais, representações sociais da velhice.

THE SOCIAL REPRESENTATIONS OF OLD AGE IN CONTEMPORARY TIME

Abstract: One of the current themes in effervescence in the scientific community is longevity, investigated by professionals from different areas of knowledge, as a response to the significant increase in the number of elderly people worldwide, bringing about new social, political, economic, cultural, and educational demands, emerging as one of the great challenges of this century. This article aims to analyze the different representations of old age in Brazilian society. In order to understand this dynamic of society, we started from the idea of social construction of reality proposed by Karl Mannheim's sociology of knowledge and widely theorized by Berger and Luckmann (2012). Another concept used was that of social representations, based on Durkheim and enhanced by Serge Moscovici to understand how old age is constituted as a social category. A bibliographic research was carried out and the dialectical method was adopted, highlighting the movement, dynamism and contradictions of today's society.

Key words: elderly people, aging, old age, social representations, social representations of old age.

¹ Doutoranda em Ciências Sociais Aplicadas. Mestre em Ciências Sociais Aplicadas. Professora da UNICESUMAR. Professora da Universidade Aberta para a Terceira Idade na UEPG. E-mail para contato: flaviaoliveiraalvesdasilva@gmail.com

² Doutor em Ciências Sociais Aplicadas. Professor do Departamento de Educação Física da Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail para contato: goncalocassins@gmail.com

³ Doutora em Educação. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva. Coordenadora do Curso de Pós-Graduação Lato sensu em Gerontologia-EAD. Coordenadora da Universidade Aberta para a Terceira Idade na UEPG. Presidente da Associação Brasileira das Universidades Abertas para a Terceira Idade – ABRUNATI. Membro Core Group do LARNA. E-mail para contato: soliveira@uepg.br

INTRODUÇÃO

A velhice esteve presente em todas as culturas e civilizações, porém o que diferencia cada época histórica é o reconhecimento dado a esta faixa etária que pode ser valorizada ou desprezada.

Essa fase da vida, a velhice, pode ser fonte de satisfação pessoal ou de desrespeito e isso depende de cada cultura, de diferentes percepções e concepções teóricas. As pessoas idosas podem ser vistas como uma inspiração, um ponto de referência pessoal, fonte de conhecimento a ser passado aos mais jovens, mas em algumas sociedades em diferentes períodos históricos, constitui uma fase que chega carregada de mitos e preconceitos iniciando-se pelos termos utilizados para defini-la, como por exemplo, o termo “velho” que significa antigo, fora de uso.

Entende-se o envelhecimento como um processo natural a todos os seres vivos, entretanto, observa-se que os seres humanos possuem repulsa pelo envelhecer, pois se utilizam dos mais variados subterfúgios para criar um disfarce frente à velhice, estabelecendo culturalmente a resistência à idade.

Na sociedade brasileira envelhecer não é referenciado como algo belo ou desejável, pois a beleza encontra-se no novo, conforme os padrões sociais e culturais pré estabelecidos socialmente na atualidade.

Há uma tendência histórica em entender a velhice como algo negativo, com diversos mitos e preconceitos, e, como consequência, limitam o espaço de participação, inserção social e empoderamento da pessoa idosa.

A velhice ainda é permeada por estereótipos e preconceitos negativos, embora apresente um crescente contingente de pessoas idosas na sociedade brasileira. Como questão social instiga reflexões haja vista a relevância da temática e a necessidade de políticas públicas e decisões práticas que vão ao encontro desta demanda populacional.

Essa realidade de desrespeito e falta de responsabilidade com relação à essa parcela da população conduz a manutenção de uma representação social negativa da pessoa idosa.

Muitos autores apresentam referenciais teóricos distintos e, como decorrência,

apresentam diferentes concepções sobre a velhice.

Esse artigo objetiva abordar as diferentes representações sociais da velhice na sociedade brasileira. A pesquisa realizada foi bibliográfica, tendo como pressuposto teórico autores como Karl Mannheim, Berger e Luckmann na sociologia do conhecimento. Referente ao conceito de representações sociais, o qual originou-se nas ideias de Durkheim e posteriormente foi ampliado por Serge Moscovici.

Como pressuposto metodológico, utilizou-se o método dialético, considerando a construção da realidade social, caracterizada pelas contradições e dinamismo.

1. Representações Sociais sob diversas concepções epistemológicas

Representações sociais são o conjunto de explicações, crenças e ideias que nos permitem evocar um dado acontecimento, pessoa ou objeto. Estas representações são resultantes da interação social, sendo comuns a um determinado grupo de indivíduos.

O conceito de representação social vem do termo “representação coletiva” desenvolvido por Durkheim, que considera o pensamento originário da sociedade e só pode ser encontrado na experiência social. O autor defende uma separação entre representações individuais, entendidas como campo de estudo da psicologia e as representações coletivas, que seria o objeto da sociologia. (Moscovici, 2007).

Durkheim trabalha com o conceito de representações coletivas, ou seja, processamentos mentais capazes de representar o pensamento das pessoas sobre si e sobre o mundo. A representação coletiva, transmitida como herança dos antepassados, não se reduz à soma das representações dos indivíduos que compõem a sociedade, mas é mais do que isto, significa uma superação, possibilitando a formação do coletivo.

As representações coletivas se referem às formas de conhecimento e podem orientar as ações de uma pessoa ou de um grupo. As representações sociais não são criadas individualmente, mas na interação e cooperação entre as pessoas. São captadas pelos discursos e tornam-se coletivas pela prática nos grupos sociais.

Moscovici (2007) enfatiza a dinâmica das representações sociais, mudando de tempos em tempos, em contraste com um caráter mais fixo adotado por Durkheim,

deslocando o conceito de representação social para o âmbito da psicologia social. O autor questiona a separação do “social” do “coletivo”, feito por Durkheim (Vergara, 2017).

Esses dois termos não se referem a ordens distintas na organização da “representação social” e “representação coletiva” apenas colocam uma distinção sem estabelecer uma diferença. Em outras palavras, a psicologia social de Moscovici não pode simplesmente ser reduzida a uma variante da sociologia durkheimiana. (Duveen, 1998, apud Moscovici, 2007, p. 14).

O autor acrescenta à transmissão da herança coletiva, a interferência do indivíduo que, pelo papel ativo que desempenha, introduz novos elementos na construção de uma sociedade e da representação social de diferentes acontecimentos.

Segundo Duveen,

Enquanto Durkheim vê as representações coletivas como formas estáveis de compreensão coletiva, com o poder de obrigar que pode servir para integrar a sociedade como um todo, Moscovici esteve mais interessado em explorar a variação e a diversidade das ideias coletivas nas sociedades modernas. (Duveen, 1998, apud Moscovici, 2007, p. 10).

Para Moscovici:

Existe uma necessidade contínua de reconstituir o “senso comum” ou a forma de compreensão que cria o substrato das imagens e sentidos, sem a qual nenhuma coletividade pode operar. Do mesmo modo, nossas coletividades hoje não poderiam funcionar se não se criassem representações sociais baseadas no tronco das teorias e ideologias que elas transformam em realidades compartilhadas, relacionadas com as interações entre as pessoas que, então, passam a constituir uma categoria de fenômenos a parte. E a essa característica específica dessas representações é precisamente a de que elas. “corporificam ideias” em experiências coletivas e interações em comportamento, que podem, com mais vantagem, ser comparadas a obras de arte do que a reações mecânicas. (Moscovici, 2007, p. 48).

A representação social deve ser compreendida como uma organização de imagens e de linguagem que simboliza atos e situações de uso comum. (Vergara, 2017, p. 317).

Lopes completa:

Sendo assim, o que dá destaque ao conceito na teoria de Durkheim é sua capacidade de obrigar e conservar o todo social. A teoria moscoviciano, por sua vez, tem seu enfoque sobre processos sociais que integram novidade e mudança na vida social. Desse modo, enquanto Durkheim se ocupava das representações coletivas como formas estáveis de compreensão coletiva, Moscovici preocupou-se mais com a variação e a diversidade a que o senso comum está sujeito nas sociedades modernas. (Lopes, 2006, p. 51-52).

Deste modo, Moscovici redefine os problemas e os conceitos da psicologia social a partir do fenômeno das representações sociais, insistindo sobre sua representação simbólica e seu poder de construir o “real”. Nessa perspectiva, a teoria de representações sociais aborda as simbologias sociais originárias nas relações interpessoais, as quais influenciam na construção do conhecimento compartilhado e na cultura em suas diferentes manifestações, variando de uma sociedade para outra conforme o tempo histórico.

Para Jodelet (2001), as representações sociais visam a compreensão do contexto social em que se vive, por meio dos efeitos simbólicos do cotidiano, manifestados por meio de conhecimentos práticos, visando a construção da realidade. As representações sociais possibilitam analisar os fenômenos sociais, por meio de sua descrição e explicação através de pensamentos e comportamentos comuns a um determinado grupo.

A noção de representação social foi fundamental no desenvolvimento da sociologia e da antropologia, possibilitando como “categoria de análise de um conhecimento socialmente elaborado, utilizado para descrever as respostas sociais dos indivíduos, assim como as crenças e significados que emergem das interações cotidianas que lhes são significativas” (Vergara, 2017, p. 317).

A noção de representação social foi fundamental no desenvolvimento da sociologia e da antropologia, possibilitando como “categoria de análise de um conhecimento socialmente elaborado, utilizado para descrever as respostas sociais dos indivíduos, assim como as crenças e significados que emergem das interações cotidianas que lhes são significativas” (Vergara, 2017, p. 317). Assim consideradas, as representações sociais que são elaboradas de um objeto, de pessoas ou de acontecimentos constituem o esforço coletivo de simbologia, que irá influenciar as diretrizes dos relacionamentos humanos, na forma como o ser humano se percebe no mundo e com o outro, gerando dinamicidade nas relações sociais e no contexto social, pela mudança nos esquemas cognitivos enquanto busca a familiarização de como os objetos, fatos e pessoas são percebidos e influenciam a realidade.

Com essa concepção teórica, objetiva-se analisar as representações sociais da velhice na sociedade brasileira atual.

2.Representações Sociais sobre a velhice

Com o passar dos séculos, as representações sociais da velhice nas sociedades foram se modificando, sendo construídas de forma coletiva, transformando, assim, o status dentro da sociedade das pessoas com idade cronológica mais avançada.

Representações sociais são as formas pelas quais as pessoas compreendem a realidade e criam diferentes concepções sobre ela, neste caso, especificamente sobre a velhice.

Segundo Oliveira,

As representações sociais da velhice apresentam a maneira de interpretar e pensar a realidade, refletem a maneira como a sociedade entende esta etapa da vida, a forma de conhecimento dos indivíduos que fixam suas posições referentes a diferentes situações que envolvem esta faixa etária. A representação social é um conhecimento prático, que dá sentido coletivo a um determinado fato, situação ou acontecimento, aqui considerada uma etapa da vida, a velhice. (Oliveira, 2017, p. 218)

Desta forma, entende-se que a representação retrata a posição que as pessoas ocupam na sociedade, quer seja, a representação de alguma coisa ou de alguém, com uma visão positiva ou negativa pela qual se estabelece a relação com o mundo e com os acontecimentos.

O processo de envelhecimento entendido a partir da representação social, significa compreender que o comportamento humano envolve elementos sociais, nos quais a representação elaborada por um grupo necessita de objetivos comuns e procedimentos específicos.

No final do século XX e nessas duas décadas do século XXI, os estudos sobre a velhice passaram a ser mais contundentes em razão do aumento do crescimento demográfico visando o redimensionamento dos direitos e deveres das pessoas idosas, a fim de obter um envelhecimento ativo, com uma vida digna e de melhor qualidade.

Segundo dados da Organização das Nações Unidas,

A população mundial está envelhecendo, com pessoas com mais de 65 anos sendo a faixa etária de crescimento mais rápido. Em 2050, uma em cada seis pessoas no mundo terá mais de 65 anos (16%), contra uma em 11 em 2019 (9%). Regiões onde a proporção da população com 65 anos ou mais é

projetada para dobrar entre 2019 e 2050 incluem Norte da África e Ásia Ocidental, Ásia Central e Meridional, Leste e Sudeste Asiático e América Latina e no Caribe. Em 2050, uma em cada quatro pessoas que vivem na Europa e na América do Norte poderia ter 65 anos. (ONU, 2019)

O aumento populacional da pessoa idosa é uma tendência mundial, justificando-se por diversas razões, quais sejam, os avanços na área da medicina, por meio de tratamentos mais eficazes e o avanço da tecnologia com diagnósticos mais precisos; possibilidade de prevenção de algumas doenças.

Importante destacar a diminuição da taxa de fecundidade, com a diminuição de nascimentos e mais pessoas idosas envelhecendo cada vez mais.

Especificamente no Brasil, há 28 milhões de pessoas idosas, representando 13% da população e tende a dobrar nas próximas décadas (IBGE, 2018), considerando pessoa idosa, as pessoas com 60 anos ou mais segundo a legislação específica, o Estatuto do Idoso, Lei 10.741/2003, alterado para Estatuto da Pessoa Idosa pela Lei nº 14.423/2022.

Segundo a pesquisa, em 2043, um quarto da população deverá ter mais de 60 anos, enquanto a proporção de jovens até 14 anos será de apenas 16,3%. A relação entre a porcentagem de pessoas idosas e de jovens é chamada de “índice de envelhecimento”, que deve aumentar de 43,19%, em 2018, para 173,47%, em 2060.

Além das alterações demográficas, o envelhecimento acarreta grandes mudanças em diferentes aspectos, tais como: biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, culturais e políticos, aos quais ainda não foram atribuídos a sua real importância. Caracterizar o envelhecimento como um processo vital repercute satisfatoriamente ao se considerar a velhice como um estado definitivo e mais, revestido de estereótipos negativos (improdutividade, incapacidade de aprendizagem, de adaptação, desinteresse pela vida, ausência de futuro, impossibilidade de bem estar e de ser feliz) reforçando uma cultura na qual enaltece e valoriza a juventude.

Segundo Giacomini,

Existe uma cultura nacional de valorização da juventude que reforça comportamentos de negação da velhice, em que ser velho ainda significa estar doente, dependente e excluído da vida profissional, familiar e cidadã. Esse fenômeno é confirmado quando se analisa a desimportância com que tem sido tratado o processo de envelhecimento, o qual entra governo, sai governo, não é incluído de fato na pauta das prioridades das políticas públicas nem se materializa no orçamento e financiamento que lhe são destinados. (Giacomini, 2011, p. 4),

O envelhecimento além dos processos biológicos e psicológicos se constitui em processo cultural e social, sob diversos aspectos. Além de ser referenciado pela questão cronológica, pelos anos vividos, devem ser consideradas também e não menos importantes, as mudanças de atitudes e de comportamentos resultantes das relações que se estabelecem entre os grupos na sociedade, considerando as relações, positivas ou não, as quais são produzidas na subjetividade ou são impostas pela própria sociedade na qual a pessoa idosa está inserida.

Devido a velhice ser tratada como uma construção social, importante se faz o entendimento do que vem a ser a construção social, a partir da perspectiva da sociologia do conhecimento.

A sociologia do conhecimento surgiu na Alemanha na década de 1920, criada por Max Scheler, posteriormente com Karl Mannheim, tornando-se disciplina, ao estabelecer a relação entre a consciência individual e os determinantes da sociabilidade. Para ele, a sociologia do conhecimento apresenta-se como teoria, analisando a relação entre conhecimento e existência e, como método de pesquisa, visa descrever de que forma essa relação interferiu no desenvolvimento da sociedade (Ferreira; Britto, 2004).

A principal característica do programa de Mannheim para a sociologia do conhecimento está na radical rejeição da epistemologia. Para ele a verdadeira análise do conhecimento não é aquela que se dedica exclusivamente a desvendar o encadeamento lógico dos conceitos abstraídos de qualquer tipo de condicionalidade. Ao contrario, a tarefa da sociologia do conhecimento é evidenciar o condicionamento social a que está submetida de modo irredutível toda forma de pensamento (Ferreira; Britto, 2004, p. 138).

A partir daí, surge então a sociologia do conhecimento sob a ótica da fenomenologia, iniciada por Alfred Schutz e desenvolvida por Peter Berger e Thomas Luckmann.

Berger e Luckmann partem de dois elementos básicos: a realidade e o conhecimento. A realidade é entendida como a “qualidade pertencente a fenômenos que reconhecemos terem um ser independente da nossa própria volição (não podemos desejar que não existam)”, e o conhecimento, “os fenômenos são reais e possuem características específicas” (Berger e Luckmann, 2012, p. 15).

Deste modo, o foco central da sociologia do conhecimento apregoada por Berger e Luckmann é o conhecimento do “senso comum”, pois a sociedade resulta da construção social da realidade, analisando como se dá esse processo de construção, ou seja, como o homem constrói seu próprio conhecimento da realidade.

De momento, é importante acentuar que a relação entre o homem, o produtor, e o mundo social, produto dele, é e permanece sendo uma relação dialética, isto é, o homem (evidentemente não o homem isolado, mas em coletividade) e seu mundo social atuam reciprocamente um sobre o outro. O produto reage sobre o produtor. A exteriorização e a objetivação são momentos de um processo dialético contínuo. O terceiro momento deste processo, que é a interiorização (pela qual o mundo social objetivado é reintroduzido na consciência no curso da socialização), irá ocupar-nos mais tarde com abundância de detalhes. Já é possível, contudo, ver a relação fundamental desses três momentos dialéticos na realidade social. (Berger; Luckmann, 2012, p. 85).

Considerando não só a vasta extensão territorial brasileira, mas também a diversidade cultural, só se pode entender a pessoa idosa pelas múltiplas realidades e características regionais na sociedade brasileira, que ora são diversificadas e contrastantes, ora se complementam.

A partir destas diferentes realidades apresentadas, emergem as diferentes representações sociais e, para Moscovici (2014), há dois processos que geram as representações sociais:

O primeiro mecanismo tenta ancorar ideias estranhas, reduzi-las a categorias e a imagens comuns, coloca-las em um contexto familiar. Assim, por exemplo, uma pessoa religiosa tenta relacionar uma nova teoria, ou o comportamento de um estranho, a uma escala religiosa de valores. O objetivo do segundo mecanismo é objetiva-los, isto é, transformar algo abstrato em algo quase concreto, transferir o que está na mente em algo que exista no mundo físico. As coisas que o olho da mente percebe parecem estar diante de nossos olhos físicos e um ente imaginário começa a assumir a realidade de algo visto, algo tangível. Esses mecanismos transformam o não familiar em familiar, primeiramente transferindo-o a nossa própria esfera particular, onde nós somos capazes de compará-lo e interpretá-lo; e depois, reproduzindo-o entre as coisas que nós podemos ver e tocar, e consequentemente controlar. Sendo que as representações são criadas por esses dois mecanismos, é essencial que nós compreendamos como funcionam. (Moscovici, 2014, p. 61).

Portanto, para Moscovici, existem dois processos das representações sociais: a objetivação e a ancoragem.

Na objetivação, as ideias abstratas transformam-se em imagens concretas, por meio do reagrupamento de ideias e imagens focadas no mesmo assunto.

A ancoragem refere-se a assimilação das imagens criadas pela objetivação, sendo que estas novas imagens se juntam às anteriores previamente existentes, nascendo assim novos conceitos que serão internalizados.

Conforme complementa Sawaia,

Segundo Moscovici, as Representações Sociais são modalidades de conhecimento particular que circulam no dia-a-dia e que têm como função a comunicação entre indivíduos, criando informações e nos familiarizando com o estranho de acordo com categorias de nossa cultura, por meio da ancoragem e da objetivação. Ancoragem é o processo de assimilação de novas informações a um conteúdo cognitivo-emocional pré-existente, e objetivação é a transformação de um conceito abstrato em algo tangível. (Sawaia, 2004, p. 76).

A função cognitiva das representações sociais é abordada por Moscovici como a objetivação e a ancoragem. A outra função, referenciada como afetiva, indica a dinâmica das interações sociais, nas quais são elaboradas estratégias voltadas para a proteção e legitimação dos aspectos individuais, preservando as identidades. Complementando, ressalta-se a função social, responsável pela orientação das condutas e da comunicação entre os indivíduos. Assim, as representações sociais guiam os comportamentos e diferentes manifestações individuais (Spink, 1993).

Dentro dessa análise, os autores aqui tratados tais como Moscovici, Berger e Luckmann, Jodelet e Spink, dialogam dentro de uma perspectiva construcionista, entendida como:

A perspectiva construcionista, que inclui não somente a noção de linguagem, método e objetos construídos, mas também da ideia de que a legitimação dos conhecimentos científicos se constrói social e historicamente, parece importar-se cada vez mais no decorrer do nosso século. (Portocarrero, 1994, p.19).

Conforme dispõe Spink e Freeza,

A perspectiva construcionista é resultante de três movimentos: na Filosofia, como uma reação ao representacionismo; na Sociologia do Conhecimento, como uma desconstrução da retórica da verdade, e na Política, como busca de empowerment de grupos socialmente marginalizados. Os três movimentos são, obviamente, interdependentes, refletindo um movimento mais amplo de reconfiguração da visão de mundo própria a nossa época. (Spink e Freeza, 2013, p. 6):

Considera-se que a Teoria das Representações Sociais apresenta como ponto central a construção social da realidade e, dentro das Ciências Sociais, conforme afirma Oliveira (2004), a obra de Moscovici situa-se no campo da Sociologia do

Conhecimento, teorizada amplamente por Berger e Luckmann.

A teoria da Construção Social da Realidade (Berger e Luckmann) e a teoria das Representações Sociais (Moscovici) estão interligadas, pois ambas destacam o papel essencial da interação social na formação do conhecimento. Para Berger e Luckmann, a realidade é construída por meio de um processo dialógico contínuo, enquanto, para Moscovici, as representações sociais se formam e se disseminam através da comunicação e das interações sociais.

O compartilhamento coletivo desempenha um papel crucial em ambas as perspectivas. Berger e Luckmann defendem que a manutenção da realidade ocorre por meio do consenso social, e Moscovici argumenta que as representações sociais consistem em formas de conhecimento compartilhadas por grupos sociais, auxiliando na construção de uma visão comum da realidade.

Essas duas abordagens se influenciam mutuamente. As representações sociais fornecem o repertório simbólico e interpretativo que as pessoas utilizam para construir e sustentar a realidade social. Em contrapartida, as realidades sociais construídas moldam as representações sociais, refletindo as estruturas de poder e as relações sociais vigentes. Assim, tanto o conhecimento quanto a realidade são dinâmicos, sujeitos a mudanças constantes à medida que surgem novas experiências, interações e contextos. Essas transformações possibilitam a renovação das representações sociais e da própria construção da realidade.

Moscovici, Berger e Luckmann defendem a valorização do saber de acordo com o senso comum, surgindo a partir de um contexto histórico e social, por meio de hábitos, valores, crenças, linguagem, internalização, objetivação e ancoragem, proporcionando assim, a formação da sociedade, com seu movimento dialético de construção da realidade.

A obra de Berger e Luckmann sobre a construção social da realidade fornece uma estrutura teórica sólida para compreender como as realidades sociais são criadas e sustentadas. Paralelamente, o conceito de representações sociais desenvolvido por Moscovici oferece insights sobre os processos pelos quais o conhecimento social é disseminado e compartilhado. Combinadas, essas teorias apresentam uma perspectiva abrangente sobre como indivíduos e grupos criam, interpretam e perpetuam a realidade social.

Importante ressaltar que as representações sociais não são as mesmas para todos os indivíduos da sociedade pois dependem do contexto social em que estão inseridos.

As representações sociais são fenômenos sociais que são entendidos a partir do seu contexto de produção, isto é, a partir das funções simbólicas e ideológicas a que servem e das formas de comunicação onde circulam (Alexandre, 2004, p. 131).

Assim, o pluralismo social e cultural da vida moderna faz com que os papéis sociais atribuídos as pessoas idosas se diversifiquem dentro das conjunturas do país. Esta constitui uma realidade que está longe de ser ressaltada pelas políticas públicas e pela sociedade brasileira em geral porque exige uma mudança cultural, educacional que implica em um maior reconhecimento, respeito e valorização da pessoa idosa, além de subentender a desconstrução e superação de estereótipos negativos e infundados, sem comprovação científica os quais reforçam as incapacidades e limitações desse grupo etário com 60 anos os mais.

A velhice é considerada uma categoria social, “constitui um termo que quase sempre nos causa calafrios, uma palavra carregada de inquietude, de fraqueza e por vezes de angústia” (Minois, 1999, p.11).

Na sociedade brasileira, a desconsideração e exclusão da pessoa idosa não atrai os indivíduos a se reconhecerem nesse grupo etário, ao contrário, gera grande insegurança e uma busca, por muitos inconscientemente, de resistir ou de tentar retardar, mesmo que apenas na aparência, se declarar pertencente a faixa etária dos idosos.

Partindo da ideia de que a velhice é uma construção histórica e social, Moody (1989) apresenta um estudo demonstrando quatro modelos de percepção, ou seja, estágios de representações sociais sobre a pessoa idosa.

É conhecido como repulsão o primeiro estágio, o qual refere-se a uma percepção negativa, recheada de atitudes preconceituosas com relação a essa faixa etária. A pessoa idosa é reconhecida como improdutiva, um fardo para a sociedade, haja vista que a sociedade brasileira, baseada no capitalismo, valoriza o lucro e a produtividade. Desta forma, a pessoa idosa é relacionada a vários preconceitos, tais como a incapacidade de aprender, de produzir, de se inserir dentro da sociedade. Pode-se afirmar que este modelo visa a exclusão da pessoa idosa.

O segundo estágio relaciona-se ao assistencialismo. Parte-se da ideia que enquanto as pessoas idosas se mantêm ocupadas por diversas atividades de lazer e recreação, não participam efetivamente das questões que acontecem ao seu redor. Assim, a pessoa idosa é vista numa concepção de consumidora, desconsiderando sua capacidade de produção e participação.

O terceiro estágio refere-se à participação da pessoa idosa na sociedade, onde passa a assumir novos papéis e desafiar preconceitos atribuídos a essa faixa etária. Ressalta-se a importância da educação como meio de proporcionar a pessoa idosa o conhecimento da realidade que o cerca, possibilitando sua maior interação e participação na sociedade.

A autorrealização é o modelo ideal a ser seguido, configurando o quarto estágio. É neste modelo que a pessoa idosa se torna capaz de direcionar a sua própria vida, a ter autonomia e propiciar a sua realização pessoal. Neste estágio, é possível realizar projetos há tempos deixados de lado, quer seja pela necessidade de ter um trabalho formal, quer seja em detrimento de cuidar da casa e dos filhos. Este modelo proporciona descobertas de habilidades antes não desenvolvidas e como consequência, propicia o crescimento pessoal e a elevação da autoestima.

A Teoria da Atividade afirma que participar socialmente é estar em constante atividade física e intelectual, aspectos relevantes nessa faixa etária, pois garantem maior integração social e qualidade de vida.

Analisando os quatro modelos apresentados por Moody, o primeiro estágio é considerado totalmente inadequado, repleto de preconceitos em relação a pessoa idosa, culminando principalmente em sua exclusão da sociedade, pois, parte-se da ideia de que não tem mais nada a oferecer. Muitos preconceitos e mitos são relacionados a pessoa idosa, os quais não foram cientificamente comprovados, mas foram cultuados culturalmente e reforçados de gerações para gerações, tais como a incapacidade de aprender, incapacidade sexual, improdutividade.

O segundo modelo é considerado alienante, limitado e assistencialista. Moragas (1991, p. 54) destaca que “muita gente se surpreende ao comprovar que pessoas idosas desempenham atividades físicas e intelectuais com plena efetividade”.

Na sociedade brasileira, na maioria das vezes, convive-se com um conceito pejorativo da velhice, acrescido do descaso geral com relação a essa faixa etária. Há

a desconsideração da capacidade de produção e de aprendizagem para a pessoa idosa.

O terceiro e o quarto são os modelos a serem seguidos, ou seja, as representações sociais que a coletividade deve ter a respeito da pessoa idosa, pois possibilitam por meio da educação e de programas voltados a essa faixa etária possibilitando sua integração e participação real dentro da sociedade.

Segundo Alexandre,

Por intermédio do aporte teórico da representação social, torna-se possível penetrar no cotidiano dos indivíduos, considerando seus valores e identidades culturais, buscando suas verdadeiras raízes e origens, proporcionando o descobrimento de aspectos antigos e novos de sua identidade (Alexandre, 2004, p. 130).

Conforme afirma Oliveira (2017), o envelhecimento não significa o aumento da incapacidade física e mental, pois importante ressaltar que o estilo de vida de cada pessoa proporciona uma diferença no envelhecer bem como a representação que cada um atribui à velhice.

Desta forma, “os velhos precisam de um espaço de fala que torne possível uma ressignificação de seu eu. Algo que lhes permita relançar o desejo e manter o olhar sobre si” (Castro, 2001, p. 68).

Segundo Beauvoir (1990), a velhice precisa aprender a lidar com sua imagem, às vezes incerta, confusa e contraditória, situada dentro de uma problemática complexa, em que cada indivíduo ao assumir seu destino, traz à reflexão o sentido que confere à própria existência.

A utilização da palavra “velho”, em uma sociedade onde o culto a beleza e juventude é primordial, refere-se a algo obsoleto, negativo, sob uma perspectiva de algo negativo, que deve ser descartado, excluído.

Assim, o aspecto negativo atribuído a velhice tem sido questionado pela própria ampliação da longevidade, do envelhecimento ativo e pela busca de maior inserção, integração e participação social do idoso.

Segundo Gubrium (1972), quando se concebe a velhice a partir do meio social onde ela ocorre, tenta-se levar em conta fatores pessoais e sociais do ambiente histórico-social em que vive a pessoa, e as possíveis influências dessa interação entre indivíduo e o seu meio.

A sociedade ainda não definiu papéis para essa parcela da população, com graves problemas e prejuízos de diferentes dimensões, em especial de ordem econômica, conforme afirma Farias (1990).

A pessoa idosa também é considerada uma questão social, pois na sociedade capitalista, um grande contingente de aposentados e pensionistas idosos é sinônimo de ônus, com o agravante de que o número de pessoas com 60 anos ou mais aumenta numa velocidade maior do que os ajustes econômicos.

Na própria dinâmica da sociedade a pessoa idosa é excluída do mundo do trabalho, e quando sua força de trabalho é requerida há sempre desvalorização e precarização do seu trabalho. Contrariamente, a sociedade defende um discurso de que a aposentadoria é um direito e uma conquista do trabalhador, mas por outro lado, o indivíduo é desvalorizado e considerado inútil. (Bulla; Kaefer, 2003).

As consequências da aposentadoria compulsória são muito grandes para as pessoas idosas, necessitando, assim, de uma preparação e orientação para a aposentadoria, possibilitando ao sujeito uma transição menos impactante.

A omissão da sociedade política e civil com relação a esse segmento da população, na maioria das vezes, ocorre pela resistência de alguns setores da sociedade em refletir sobre o tema.

Em razão deste contexto, há a necessidade de criação e implementação de políticas públicas direcionadas a saúde, transporte, habitação, segurança, previdência social e educação em prol da pessoa idosa. Embora a existência do Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741/2003, alterado para Estatuto da Pessoa Idosa pela Lei nº 14.423/2022 ainda há muito a se fazer para que realmente sejam implantadas tais políticas.

Os modelos de representação social sobre a pessoa idosa apresentados por Moody (1989) estão presentes dentro da sociedade e pode variar de acordo com o contexto social, cultural e político da sociedade em que a pessoa idosa está inserida.

O conceito de envelhecimento ativo, criado no documento de debate da II Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, em Nova Iorque, deve ser adotado em todas as sociedades, e, segundo Tamer e Petriz,

o envelhecimento ativo aborda a necessidade de alterar os estereótipos e crenças ligados a uma concepção reducionista das pessoas idosas como *velhos, pobres e doentes*, e de valorizar a visão do envelhecimento como

sendo uma conquista da humanidade que deve ser celebrada. (Tamer e Petriz, 2007, p. 182).

Sob esta perspectiva, o envelhecimento ativo refere-se ao processo de proporcionar o bem-estar social, físico e mental das pessoas ao longo da vida, para que ao chegar a velhice, período este cada vez mais longo, seja vivido de forma ativa e autônoma. (Tamer e Petriz, 2007, p. 183).

Sem dúvida alguma, há muito que se fazer para que, não só na sociedade brasileira, mas a sociedade em nível mundial, reconheça o valor da pessoa idosa, por meio de um redimensionamento de políticas públicas e ações práticas para atender este segmento etário e resgatar a dívida social historicamente acumulada.

A pessoa idosa deve ser entendida sob um novo olhar, uma “nova pessoa idosa” nos é apresentada, uma pessoa mais ativa, protagonista de sua própria vida, tendo seus direitos assegurados, a fim de proporcionar o desenvolvimento de sua cidadania em sua plenitude.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo a respeito do envelhecimento e da velhice tem se tornado emergente nas pesquisas em nível mundial. A redução nas taxas de natalidade e de mortalidade infantil, os avanços da medicina e da tecnologia possibilitaram um aumento na expectativa de vida e contribuíram para uma mudança na estrutura demográfica não só do Brasil, mas do mundo. (Oliveira, 1999).

Segundo o IBGE (IBGE, 2018) a população brasileira possui cerca de 28 milhões de as pessoas idosas, representando 13% da população e a tendência é dobrar nas próximas décadas (IBGE, 2018).

Diversas são as representações sociais das pessoas idosas, entendidas essas como as formas pelas quais as pessoas compreendem a realidade e criam diferentes concepções sobre ela, em especial sobre a velhice. As representações sociais da velhice, variam no tempo e no espaço, de uma sociedade para outra, é um conhecimento prático que dá sentido ao coletivo porque refletem a maneira de interpretar e pensar a realidade dessa faixa etária, que no Brasil não se apresenta

muito otimista,

O presente artigo partiu da ideia de construção social da realidade, proposta esta desenvolvida a partir da Sociologia do Conhecimento, apregoada por Karl Mannheim e teorizada amplamente por Berger e Luckmann e, para se entender como a velhice se constitui em uma categoria social, analisou-se as influências de autores construtivistas, tais como Durkheim, Moscovici, Jodelet, Mary Jane Spink, dentre outros, específicos sobre o processo de envelhecimento.

A escolha da utilização de tais autores justifica-se, pois, em especial Moscovici e Berger e Luckmann dialogam entre si a partir do momento em que defendem a valorização do saber conforme o senso comum. O senso comum é criado a partir de um contexto histórico e social, por meio de hábitos, valores, crenças, linguagem, internalização, objetivação e ancoragem, proporcionando assim, a formação da sociedade, com seu movimento dialético de construção da realidade.

As representações sociais não são as mesmas para todos os indivíduos da sociedade pois dependem do contexto social em que estão inseridos, além do envelhecimento ser um processo natural, cultural, social, biológico, político, econômico, ou seja, multifacetado. Desta forma, o pluralismo social e cultural da vida moderna faz com que os papéis sociais atribuídos as pessoas idosas se diversifiquem dentro das conjunturas do próprio país.

A formação das representações sociais a partir da realidade da vida cotidiana constitui uma grande força para que estas possam ser tratadas e reconhecidas como conhecimento pela sociedade. (Alexandre, 2004, p. 134).

Muito mais do que ser referenciado pelo número de anos, a pessoa idosa pode ser avaliada pelas mudanças nas atitudes e de comportamentos resultantes das relações que se estabelecem entre os grupos e as condições que a própria sociedade impõe.

Moody (1989) sistematizou quatro modelos de percepção relacionados às pessoas idosas, dentre eles a repulsão, assistencialismo, participação e autorrealização. O primeiro e o segundo modelo apresentam-se negativo e inadequado, haja vista que o primeiro possibilita ao idoso sua exclusão social e, o segundo, torna-se limitado e assistencialista. O ideal é a pessoa idosa ser vista de acordo com as representações do terceiro e quarto modelo, os quais propiciam sua

efetiva integração e participação social.

Vive-se hoje a revolução da longevidade, conforme anunciou Kalache (2014) pela ampliação da longevidade e do contingente de pessoas idosas e, deflagra-se um grande impacto em todas as sociedades.

Embora tenha sido anunciado pela Organização mundial da Saúde, o novo modelo de velhice, protagonizado pelo envelhecimento ativo, fundamentado cientificamente pela Teoria da Atividade, na qual a pessoa idosa tem o direito a sua participação social, em constante atividade física e intelectual, aspectos relevantes nessa faixa etária, pois garantem maior integração social e qualidade de vida, ainda não foi inserido na pauta das políticas públicas, em especial nas brasileiras.

Mesmo comprovada pelos censos brasileiros que o contingente de pessoas idosas é um fenômeno real, muito significativo e crescente em ritmo acelerado, ainda persiste na sociedade brasileira preconceitos por meio de um estereótipo negativo da velhice, que ressalta incapacidade, improdutividade, doenças e marginalização social. No cotidiano, no Brasil, convive-se com um conceito pejorativo da velhice, acrescido do descaso geral com relação a essa faixa etária (Nerl, 1991; Fraiman, 1991).

A busca pela educação para o envelhecimento e a velhice, prevista no Estatuto da Pessoa Idosa ainda situa-se no plano abstrato, idealizado, distante da efetivação desses conhecimentos nos diferentes níveis de ensino, concretizando a representação social da velhice, enquanto fenômeno natural do processo vital humano, como uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, tendo uma visão prática, estruturando a construção de uma realidade comum pertencente a um contexto social específico e determinado.

Ainda há muito a ser feito para que a pessoa idosa seja vista como um sujeito de direitos, necessitando não só de uma maior vontade política na elaboração e aplicabilidade de ações práticas, mas também de uma mudança cultural, uma mudança de paradigmas, excluindo a ideia de que a pessoa idosa é improdutiva, alheia a evolução dos acontecimentos da sociedade, mas sim, que seja oportunizada uma mudança paradigmática, ressaltando a representação social de pessoa idosa ativa, com autonomia, empoderada, que reivindique inserção, inclusão social, proteção e efetivação de seus direitos enquanto cidadã.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, R. S. **A representação social na construção da velhice**. Ilhéus: Editus, 2017.
- ALEXANDRE, Marcos. **Representação Social**: uma genealogia do conceito. *Comum*. Rio de Janeiro, v.10, n. 23, p.122-138, jul./dez. 2004.
- BACELAR, R. **Envelhecimento e produtividade**: processos de subjetivação. 2. ed. rev. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches. FASA, 2002.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, T. **A Construção Social da Realidade**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BEAUVOIR, Simone. **A Velhice**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1990.
- BULLA, L. C. & KAEFER, C.O. Trabalho e aposentadoria: as repercussões sociais na vida do idoso aposentado. **Revista Virtual Textos e Contextos**, nº 2, dez, 2003.
- CASTRO, O. P. **Envelhecer**: um encontro inesperado? Sapucaí do Sul:Notadez, 2001.
- DANIEL, Fernanda; ANTUNES, Anna; AMARAL, Inês. Representações sociais da velhice. **Análise Psicológica**. Lisboa, v. 32, n. 3, p. 291-301, 2015.
- DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**. 15 ed. Martins Fontes: São Paulo: Nacional, 1995.
- FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
- GAIARSA, J. A. **Como enfrentar a velhice**. São Paulo: Ícone, 1989.
- GIACOMIN, Karla. **O compromisso de todos por um envelhecimento digno no Brasil**. Brasília, Ed. Nacional, 2011.
- GUBRIUM, J.F. **Toward a socio-environmental theory of aging**. In: *The Gerontologist*, 12, 1972. p. 281-284.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese de indicadores sociais - uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro, 2013.
- JODELET, Denise (Org.) **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.
- KALACHE, Alexandre. **Respondendo à revolução da longevidade**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.19, n.8, agosto, 2014. Disponível

em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63031151001>. Acesso em: 1 out. 2020.

LIMA, Ângela; SILVA, Henrique; GALHARDONI, Ricardo. Envelhecimento bem-sucedido: trajetórias de um constructo e novas fronteiras. **Interface- Comunicação, Saúde, Educação**. São Paulo, v. 12, n. 27, p.795-807, 2008.

LYRA, Mariana Carlos de Andrade. “Espelho, espelho meu”: A percepção de idosas acerca do processo de envelhecimento. 2014. 98f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira/Bahia, 2014.

MARDEGAN JR, E. **A idade do Lobo**. São Paulo: Mercuryo, 1993.

MOODY, H. R. Philosophical presuppositions of education for old age. **Educational gerontology**, Barcelona, CEAC, n. 1, 1989.

MORAGAS, R. M. **Gerontología Social**: envejecimiento y calidad de vida. Barcelona: Herder, 1991.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2004.

MOSQUERA, Juan. **Vida adulta**: personalidade e desenvolvimento. Porto Alegre: Sulina, 1978.

OLIVEIRA, Marcio de. **Representações sociais e sociedades**: a contribuição de Serge Moscovici. Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso), São Paulo, v. 19, n.55, p. 180-186, 2004.

OLIVEIRA, Rita de Cássia. **Terceira Idade**: do repensar dos limites aos sonhos possíveis. São Paulo: Paulinas, 1999.

OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. Universidade Aberta para a Terceira Idade na Universidade Estadual de Ponta Grossa. 1998. 635f. Tese (Doutorado em Filosofia e Ciências da Educação) – Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela/Espanha, 1998.

OLIVEIRA, Rita de Cássia; SCORTEGAGNA, P; SILVA, F. O. A. Múltiplos olhares sobre a velhice: representações sociais a partir da percepção de crianças, adultos e idosos. In: ALENCAR, R. S.(org.). **A representação social na construção da velhice**. Ilhéus: Editus, 2017. p. 213-241.

OLIVEIRA, Rita de Cássia; SILVA, F. O. A; MARTINIAK, Vera Lúcia; FOLTRAN, Eliane Parise. Envelhecimento populacional e as políticas educacionais para o idoso no Brasil. In: **Population Horizons – LARNA Special**, Universidade de Oxford, 2020.

PORTOCARRERO, Vera. Introdução. Panorama do Debate acerca das Ciências. In: PORTOCARRERO, Vera. (org). **Filosofia, história e sociologia das ciências I: abordagens contemporâneas**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994. p. 17-21.

SALGADO, M. **Velhice, uma nova questão social**. São Paulo: Sesc, 1991.

SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Representação Social e a relação indivíduo-sociedade. **Temas de Psicologia**. Ribeirão Preto. v. 2 n. 3, p. 133- 142, dez. 1994.

SILVA, Neide de Melo Aguiar. **Representações sociais em educação: determinantes teóricos e pesquisas**. Blumenau: Edifurb, 2009.

SPINK, Mary Jane. O Conceito de Representação Social na Abordagem Psicossocial. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 9 (3): 300-308, jul/set, 1993.

SPINK, Mary Jane; FREZZA, Rose Mary. **Práticas discursivas e produção de sentidos: a perspectiva da Psicologia Social**. São Paulo: Cortez, 2013.

TAMER, Norma L; PETRIZ, Graciela. A qualidade de vida dos idosos. In: OSÓRIO, Augustin Requejo; PINTO, Fernando Cabral (orgs). **As pessoas idosas: contexto social e intervenção educativa**. Lisboa: Instituto Piaget, 2007. p. 181- 201.

VERGARA, Miguel Arturo Chamorro. A representação socioeducativa da velhice precavida. In: ALENCAR, R. S.(org.). **A representação social na construção da velhice**. Ilhéus: Editus, 2017. p. 311-33.

Recebido em 26/06/2025

Versão corrigida recebida em 30/06/2025

Aceito em 02/07/2025

Publicado online em 08/07/2025